



A Imaterialidade do Patrimônio Arquitetônico: um olhar sobre a Basílica Menor do Santíssimo Salvador em Campos dos Goytacazes, RJ | Thaís Almeida

Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU no Instituto Federal Fluminense Campus Campos-Centro | thaiscfalmeida@gmail.com

[<http://lattes.cnpq.br/2284185389231987> | <https://orcid.org/0000-0002-4211-9275>]

Resumo: A relevância do patrimônio arquitetônico se atribui por seu valor material, e sobretudo, por seu valor intangível. Dessa forma, a preservação de um acervo edificado perpassa por suas características imateriais representadas pela contextualização da história, além do valor afetivo, cultural, ideológico e, por vezes, político. Desse modo, este trabalho visa discutir a imaterialidade do patrimônio edificado através da sua atribuição de valor, em especial, a Basílica Menor do Santíssimo Salvador, localizada na cidade de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro. Além de demonstrar a importância do objeto de estudo junto ao meio que está inserido. Assim sendo, se pretende apresentar as causas materiais e imateriais da valorização desse bem. Logo, para se realizar esta pesquisa se desenvolveu a revisão bibliográfica e histórico-documental por meio de autores como Cullen (1969), Choay (2014), Ruskin (2008), Halbwachs (1990) e Prata (2018). Portanto, se conclui que a imaterialidade estabelecida pela valorização atribuída por diversos grupos sociais em diferentes contextos temporais estabelece um Patrimônio Arquitetônico junto ao meio por gerações.

Palavras-chave: imaterialidade; valorização do patrimônio; patrimônio arquitetônico.

Abstract: The relevance of architectural heritage is attributed to its material value, and above all, to its intangible value. In this way, the preservation of a built collection permeates its intangible characteristics represented by the contextualization of history, in addition to the affective, cultural, ideological and, sometimes, political value. Thus, this work aims to discuss the immateriality of the built heritage through its attribution of value, in particular, the Basílica Menor do Santíssimo Salvador, located in the city of Campos dos Goytacazes, in the state of Rio de Janeiro. In addition to demonstrating the importance of the object of study along with the environment in which it is inserted. Therefore, it is intended to present the material and immaterial causes of the valorization of this good. Therefore, in order to carry out this research, a bibliographic and historical-documentary review was developed through authors such as Cullen (1969), Choay (2014), Ruskin (2008), Halbwachs (1990) and Prata (2018). Therefore, it is concluded that the immateriality established by the valorization attributed by different social groups in different temporal contexts establishes an Architectural Heritage next to the environment for generations.

Keywords: immateriality; equity appreciation; architectural heritage.



Introdução

A construção social do conceito de patrimônio arquitetônico se desenvolveu, *a priori*, sob a ótica da história da arquitetura e, conseqüentemente, da sociedade. Assim, esse termo valida sua relevância como instrumento de grande significado para compreensão da relação do sujeito com o meio habitado. Isso porque esse espaço envolve fragmentos formadores que são representados por manifestações culturais, sociabilidade, construções, espaços livres públicos e privados, pessoas e todo relacionamento que compõe essa ambiência.

Devido à pluralidade que abarca essa etimologia, se observa o patrimônio em diversas abordagens que compreendem tanto sua materialidade, quanto a sua imaterialidade através de narrativas, histórias, memórias e políticas. Nesse sentido, a definição de patrimônio histórico abrange os frutos de toda coletividade, pois se constitui como “um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum”¹.

Visto isso, a Constituição Federal de 1988 ampliou o conceito de Patrimônio Histórico e Artístico para Patrimônio Cultural Brasileiro com a finalidade de trazer a ampla abordagem desse termo e, assim, incluir os Patrimônios Imateriais. Onde o Artigo 216 define como bens “de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”².

Nesse momento, se observa a ampliação do conceito de patrimônio, além da necessidade de expansão da política de preservação por meio da valorização da sociedade a qual esse bem se destina. Ou seja, assim se destaca a carência por maior envolvimento da população para proteção do patrimônio cultural por meio da atribuição de valor segundo o interesse coletivo que advém da memória, identidade e reconhecimento social por meio do uso.

Desse modo, através da discussão proposta por Coelho (2021)³ tendo como base o conceito de patrimônio como herança, cultura, criação e produção de um grupo social no espaço e tempo, se compreende “Patrimônio Cultural como um conjunto de bens baseados nos valores simbólicos que lhe são atribuídos, constituídos e reconhecidos por uma sociedade como representativos de sua história”⁴. Assim sendo, esse “bem é preservado não apenas para evocar a sua história, mas também sua memória cultural para os contemporâneos ou seus descendentes, sendo significativos para a formação de sua identidade”⁵.

A herança cultural constituída por bens materiais e imateriais que transmite valores simbólicos e intangíveis para uma dada comunidade, representa



a memória que foi valorizada ao longo do tempo. Isso porque essa comunidade tende a deixar marcas na ambiência onde vive, de maneira a identificar a sua memória individual e coletiva materializando assim, nesses locais, a sua identidade, sua tradição e seu costume.

O patrimônio cultural, em especial, o exemplar edificado se solidifica como um marco temporal no meio habitado. Assim Ruskin (2008)⁶ considera que continuaríamos vivos sem a arquitetura, no entanto, não poderíamos nos lembrar. Nesse contexto, a importância do patrimônio arquitetônico se atribui por seu valor material e, sobretudo, se configura também por seu valor imaterial. Dessa forma, a preservação desse bem atravessa características imateriais representadas pela contextualização da história, além do valor afetivo, cultural, ideológico, religioso e, por vezes, político.

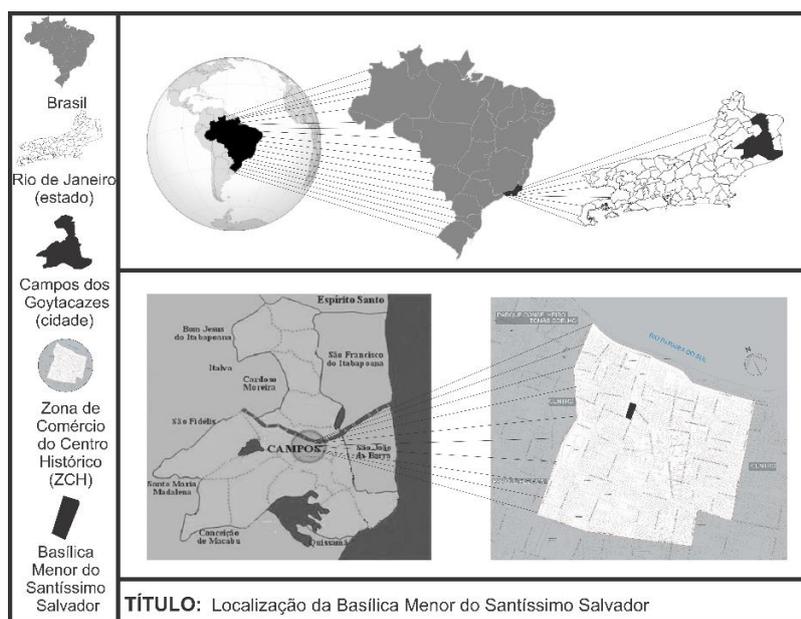
Nessa realidade, o patrimônio arquitetônico se apresenta como parte da herança cultural de uma população. Isso porque tem por vocação narrar parte da história local e, portanto, preservar por gerações a memória coletiva⁷ dos seus cidadãos. Assim, preservar uma obra arquitetônica, além de ser um ato físico, é também uma maneira de proteção da identidade local.

140

A sua valorização conduz ao pertencimento, pois, além de se possibilitar a valorização da própria cultura, também se estimulam os usos econômicos e sociais. Logo, a preservação de um patrimônio cultural está estritamente conectada aos valores que lhe são atribuídos através do uso e relacionamentos embutidos nesse bem de valor cultural, histórico e social. Sobre isso, Meneses (2009)⁸ confirma essa teoria em:

Aqui está, pois, o coração de nosso problema: falar e cuidar de bens culturais não é falar de coisas ou práticas em que tenhamos identificado significados intrínsecos, próprios das coisas em si, obedientemente embutidos nelas, mas é falar de coisas (ou práticas) cujas propriedades, derivadas de sua natureza material, são seletivamente mobilizadas pelas sociedades, grupos sociais, comunidades, para socializar, operar e fazer agir suas ideias, crenças, afetos, seus significados, expectativas, juízos, critérios, normas, etc., etc. – e, em suma, seus valores. Só o fetiche (feitiço) tem em si, por sua autonomia, sua significação. Fora dele, a matriz desses sentidos, significações e valores não está nas coisas em si, mas nas práticas sociais. Por isso, atuar no campo do patrimônio cultural é se defrontar, antes de mais nada, com a problemática do valor, que ecoa em qualquer esfera do campo⁹.

Diante disso, este trabalho objetiva discutir a imaterialidade do patrimônio edificado através da sua atribuição de valor, em especial, a Basílica Menor do Santíssimo Salvador, localizada na Zona de Comércio do Centro Histórico da cidade de Campos dos Goytacazes, situada no estado do Rio de Janeiro (Figura 1). Local com aglomeração de comércio e serviços de baixa verticalidade, “condicionada à presença de bens tombados, para qual deve estimular o uso residencial e o uso misto da edificação”¹⁰.



[Fig. 1] Localização do Centro Histórico de Campos dos Goytacazes - Elaborado pela autora, 2022 – 12,34 x 16,04cm – Campos dos Goytacazes/RJ.

Além disso, este estudo visa demonstrar a relevância do objeto de estudo junto ao meio em que se situa. Visto ser a primeira igreja formada no município, além de representar o padroeiro local denominado Santíssimo Salvador e, principalmente, por seu histórico de usos continuados através dos séculos. Assim sendo, se pretende apresentar as causas materiais e imateriais da valorização desse bem, seja pelo fato de representar parte do acervo neoclássico local, como por se constituir através de aspectos ideológicos, políticos, culturais e religiosos.

Para se realizar este estudo se desenvolveu a metodologia baseada na revisão bibliográfica e histórico-documental por meio da relação do patrimônio e sua valorização com autores como Choay (2017)¹¹, Ruskin (2008)¹² e Prata (2018)¹³. De maneira que o artigo se estruturou em três tópicos, além do resumo, introdução e referências com as fontes citadas ao longo do texto.

No primeiro tópico intitulado “A valorização do Patrimônio Arquitetônico”, se faz uma breve abordagem histórica sobre a valorização do Patrimônio Edificado sob distintas óticas. Assim, se embasou esta pesquisa por meio de autores como Choay (2017)¹⁴, Almeida e Ferreira (2022)¹⁵ e Hall (2006)¹⁶.

No segundo tópico, “A imaterialidade da Basílica Menor do Santíssimo Salvador”, tem-se uma breve contextualização histórica do objeto de estudo, além de destacar seu valor intangível em variáveis instâncias. Para isso, se fundamentou este estudo em autores como Prata (2018)¹⁷, Feydit (2004)¹⁸ e Mendes; Veríssimo; Bittar (2010)¹⁹. Por fim, se apresenta a conclusão, através da síntese da discussão alcançada por meio deste artigo, como fechamento do presente trabalho.



A valorização do Patrimônio Arquitetônico

A etimologia de patrimônio deriva do termo grego “*pater*”, que significa “pai” ou “antepassado”, e “*nomos*”, definido como costumes de um povo. Desse modo, patrimônio se concebe como herança de uma sociedade em suas inúmeras instâncias temporais. Entretanto, essa conceituação e valorização desse bem como herança de uma determinada população foi advinda somente após um extenso período de perdas, pois não se havia o hábito de preservar.

A preservação, assim como a valorização do patrimônio surgiu de forma aleatória através de Átalo I, rei de Pérgamo, que colecionava objetos gregos, e com Átalo II, que valorizava objetos antes considerados banais em Roma. Com isso, se verificou em Roma o nascimento simbólico da obra de arte junto à sua valorização. Ademais, se observa a reutilização como requisito para possibilitar a eficácia da preservação²⁰.

Visto isso, “no século VI, a atitude do papa Gregório I é exemplar. Em Roma toma a si a tarefa de manutenção do parque imobiliário e pratica uma política de reutilização”²¹. Da mesma forma se sucedeu com o Palácio Imperial de Treves que teve seu uso transformado em Catedral, e com o Templo de Augusto e Livia reutilizado como Igreja de Notre-Dame-de-la-Vie²².

Na Europa Erudita, somente no século XVII e XVIII se institucionalizou por meio do Museu a conservação material de artefatos. Entre os séculos XVI e XIX se deu o inventário de inúmeros objetos do Museu de Papel, a partir disso, houve também a adoção de dois importantes inventários: monumental, que incluía templos, teatros e anfiteatros; e equipamentos públicos, com estradas, aquedutos, dentre outros²³.

Observa-se, então, que esse esforço para preservação decorre da percepção da valorização do patrimônio para construção da história, pois “o testemunho das antiguidades é superior ao do discurso, tanto por sua confiabilidade quanto pela natureza de sua mensagem”²⁴. Diante disso, Ruskin (2008)²⁵ também considera a confiabilidade do patrimônio edificado como narrativa construída de forma a questionar “Não seria uma tal obra melhor que mil histórias?”

A conservação realizada, nesse momento, tinha como foco inventários documentais com representações gráficas da obra. Com a Revolução Francesa, além dessa conservação iconográfica passou a se estabelecer a conservação material do patrimônio arquitetônico. Assim, de acordo com Choay (2017)²⁶, com essa Revolução houve alargamento do vandalismo patrimonial arquitetônico local, isso porque a população burguesa via essas edificações como símbolo do absolutismo francês. No entanto, em resposta a essa destruição se verificou a



necessidade de proteção do patrimônio local e assim se atribuiu o início da conservação física da obra, como também a ressignificação de usos e funções de forma gradual.

Para Choay (2017)²⁷, a valorização do patrimônio se atribui através do belo e econômico que se realiza por meio do uso da obra, além da restauração e conservação. Ou seja, a preservação se realiza para a reutilização qualificada de um bem. Dessa forma, através da apropriação mediante usos educativos, científicos ou práticos se dá a valorização do patrimônio edificado. O anfiteatro de Nîmes e a ponte de Gard, por exemplo, “deram à França lucros que superam o custo que tiveram para os romanos”²⁸ e assim se atribuiu o valor econômico por meio do turismo.

Além disso, se atribuiu a conceituação do monumento como obra de arte através dos historiadores que estudavam esses bens históricos no período Renascentista. Com o Romantismo se notou uma iconização supletiva, que “enriquece a percepção concreta do monumento histórico pela mediação de um prazer novo”²⁹. Sobre isso, se observa que os “monumentos e edifícios antigos, que se tornaram contrapontos necessários das paisagens naturais e rurais ou dos panoramas urbanos, acolhiam novas determinações: implantação, pátina, formas fantasmagóricas, signos de um novo valor pitoresco”³⁰.

A valorização do patrimônio arquitetônico se deu em distintas faces, seja pelo uso, pelo valor histórico, artístico ou econômico. Dessa forma, a valorização desse bem se atribuiu, sobretudo, pela sua reutilização e contextualização da obra junto ao meio em que foi erguida, pois “a narrativa construída conta a história de uma sociedade e assim tem o caráter fundamental quanto à preservação da identidade local”³¹.

Cabe ressaltar que a identidade cultural se refere ao significado atribuído quando um determinado grupo social compartilha valores e costumes, assim, se estabelecem os patrimônios locais. Desse modo, “o conceito de identidade implica o sentimento de pertença a uma comunidade imaginada, cujos membros não se conhecem, mas partilham importantes referências comuns: uma mesma história, uma mesma tradição”³². Ou seja, identidade local se desenvolve por meio de tradições, ações habituais e padrões de uma sociedade, onde, a arquitetura se concebe como marco do passado, de maneira a constituir parte da memória social e da identidade cultural dos cidadãos locais. Nesse contexto, o passado rememorado por meio da arquitetura histórica se apresenta como solidificação da identidade local.

Nota-se, assim, que o sujeito “tem em todos os momentos a percepção da sua posição relativa, sente a necessidade de se identificar com o local em que se encontra, a esse sentido de identificação, por outro lado, está ligado a percepção



de todo o espaço circundante³³. Logo, a proteção de um patrimônio edificado se conecta à percepção de seu valor material e imaterial diante do contexto em que está inserido.

A valorização se atribui, principalmente, pelo sentimento de pertencimento advindo do envolvimento da população com o patrimônio arquitetônico e com todo o meio em que esse está inserido. Por conta disso, a arquitetura e “o exterior não pode ser apenas um salão para expor peças individuais como se fossem quadros numa galeria. Terá de ser um meio destinado ao ser humano na sua totalidade, que o poderá reclamar para si, ocupando-o [...]”³⁴. Verifica-se, desse modo, a “arte do relacionamento”³⁵ da sociedade através da apropriação do espaço em sua totalidade.

Compreende-se, nesse sentido, o patrimônio edificado como uma narrativa construída que se apresenta como expressão da memória coletiva de uma sociedade, e como tal, sua proteção, ressignificação dos usos e real valorização se mostra como fundamental importância. Assim, se deriva a memória coletiva através da prática do relacionamento do ser humano com o outro e com o meio que situa o exemplar arquitetônico. Isso porque, para Halbwachs (1990)³⁶, todas as ações coletivas podem ser consideradas espacialmente, pois toda memória coletiva acontece em um determinado contexto espacial.

O espaço urbano formado pela paisagem, bens móveis e imóveis, especialmente a arquitetura, estruturam uma narrativa a qual se pode “ler”, para assim compreender seu sentido, o local e o lugar do próprio indivíduo. A arquitetura histórica transmite a sensação de permanência e estabilidade, por conta disso os acervos edificados são marcados pela convivência de determinados grupos, portanto, se tornam uma reunião de todos elementos da vida social e seu valor passa a ser inestimável para cada um que se relaciona nesse *locus*.

Nesse contexto, a construção da memória dos lugares por meio do patrimônio arquitetônico pode ser compreendida “como um processo dinâmico da própria rememoração”³⁷ do passado histórico. Assim, essa recordação possibilita a produção um novo sentido e uma nova função para um local antes atribuído com significados diferentes, por exemplo, de forma a perpetuar essas construções por gerações através da atribuição de significados.

Os patrimônios edificados, então, se configuram como “Lugares de Memória”³⁸, atribuídos com o papel de gerar o reconhecimento e identidade social local. Segundo Nora (1993)³⁹, os lugares de memória se apresentam sob três características: material, funcional e simbólica. A característica material se refere a seus atributos físicos, ou seja, sua valorização estética. Funcional, devido a transmissão da memória, ou melhor, contextualização histórica. Por fim, simbólico, pois o que é simbólico e significativo para um dado grupo social, pode



não ser para outro. Assim, se pode afirmar que a atribuição de valor de um bem cultural ocorre por meio de seus aspectos materiais, funcionais e simbólicos.

Há a compreensão, dessa forma, que “o caráter de uso é determinante para a preservação do patrimônio cultural, sendo imprescindível estabelecer funções e relações que se conectem com a comunidade que usufrui dessa edificação”⁴⁰, para assim se conceber a valorização em sua plenitude. Assim, a atribuição de valor ocorre, principalmente, por meio de suas características intangíveis representadas por determinada ideologia ou política, religião, cultura ou afetividade que transmitem a sensação de pertencimento a um grupo social.

Um bem valorizado devido à sua ideologia ou política por vezes representa a soberania do Estado diante da sociedade, de forma a demonstrar o autoritarismo e a modernização impostos por meio de políticas públicas, por exemplo. Nesse contexto, se destaca a série de desmontes que ocorreram na gestão de Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro a fim de transformar a arquitetura e todo meio a partir de “reformas facetadas com caráter de saúde pública”⁴¹ para gerar a “expulsão de grande massa da população menos solvável”⁴² como forma de controle social.

145

Toda a arquitetura que foi advinda desse período representou também a ideologia do autoritarismo do Poder Executivo local. Além de representativas de uma política autoritária e ideológica, essas edificações exerceram o poder monumental sobre o meio ao estabelecerem estilos arquitetônicos hegemônicos de modernidade sobre o local. Já a arquitetura religiosa se apresenta como um acervo valorizado devido à representatividade da religião de determinada sociedade e, assim, esse bem se configura ao longo da história de maneira a perpetuar no cenário urbano a espiritualidade herdada por aquela população.

Por outro lado, se nota uma grande diversidade religiosa possibilitada pela globalização e, assim se observa em muitos casos, a redução do significado de arquiteturas representativas do cristianismo, por exemplo. Nesse sentido, inúmeros espaços que foram utilizados no passado com a função de culto para somente uma religião, hoje se tornaram ambíguos de maneira a denotar a espiritualidade de forma heterogênea. Desse modo, esses espaços garantem sua valorização através de gerações por meio da dúplice polaridade da obra⁴³.

A arquitetura vernacular faz parte da expressão cultural local e, desse modo, se mostra como um exemplar valorizado devido à representatividade cultural, além de demonstrar “sua capacidade de atender aos valores e necessidades das sociedades que as construíram”⁴⁴ através do uso de técnicas e materiais acessíveis para aquela população. Logo, a valorização desse bem se realiza por meio da facilitação da inclusão do mesmo às práticas cotidianas locais, de maneira a promover seu uso e qualificação por meio do saber fazer local.



Para mais, a valorização de um patrimônio ocorre também pela representatividade do pertencimento da população por meio da afetividade, pois “o que a memória ama, fica eterno”⁴⁵. Nessa perspectiva, a memória se configura como elo do passado com o presente e permite dar continuidade em um futuro promissor. Através da rememoração do passado, a memória atua de maneira a atender as necessidades de uma determinada sociedade, seja pelo social e viver em grupo, como pelo significado e, conseqüentemente, construção do afeto. Dessa maneira, a edificação histórica se configura por gerações através dos usos e significados atribuídos pela sociedade.

Ademais, se sabe que o conceito de lugar se concebe como “espaço dotado de significado e carga simbólica” e também “um espaço vivido”⁴⁶. A arquitetura histórica, além de ser produto da sociedade, se atribui como lugar somente quando é preenchida com significados, símbolos e práticas sociais por meio da vivência do cidadão. Ou seja, quando é valorizada sob âmbitos tangíveis e intangíveis representados pela atribuição de valor por inúmeros grupos sociais com variáveis significados e representações culturais.

Portanto, a valorização do patrimônio edificado, além de sua materialidade se verifica, sobretudo, através de causas intangíveis supracitadas, de maneira a perpetuar o uso e o sentimento de identificação social de variados grupos sociais sobre essa obra material atribuída por valores materiais e imateriais. Nessa realidade, a valorização se apresenta de forma completa quando a existência da arquitetura histórica se justifica não somente por ser representativa de um estilo arquitetônico, mas principalmente, por se aderir ao meio e se contextualizar à sociedade como um lugar preenchido por significados, simbolismos e vivência.

A imaterialidade da Basílica Menor do Santíssimo Salvador

O patrimônio cultural se concebe em duas vertentes representadas pelos bens materiais e imateriais, em que ambas representam a cultura, memória e identidade de uma determinada sociedade. Os patrimônios materiais são os bens físicos e se classificam em: Histórico; Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; de Belas Artes; e das Artes Aplicadas. Apresentam-se como cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, fotográficos, dentre outros.

Os patrimônios imateriais são representados pelos bens intangíveis, se manifestam como práticas da vida social. Representados por saberes, ofícios e modos de fazer, celebrações, danças e outras formas de expressão musical, lúdica, cênica, plástica, entre outros. Como patrimônios materiais do Brasil, têm-se os centros históricos das cidades de São Luís do Maranhão, Ouro Preto e



Diamantina, além de paisagens naturais como o Corcovado e o sítio arqueológico no Parque Nacional Serra da Capivara, no Piauí e mais. Como bens imateriais, no Brasil, se apresentam o samba de roda do recôncavo baiano, o frevo, a capoeira e outros.

De igual forma se verifica na cidade de Campos dos Goytacazes através de seu Patrimônio Cultural diversificado. Se pode citar como patrimônio material, o Canal Campos-Macaé, Coreto da Praça Barão do Rio Branco, Hotel Amazonas, Museu Histórico, entre outros. Como Patrimônio imaterial se tem o modo de fazer o doce chuvisco, a Cavalhada de Santo Amaro, a dança popular Mana-Chica do Caboio e muito mais.

A preservação e valorização do patrimônio cultural, seja o material ou o imaterial, advém da compreensão do passado e do comportamento da sociedade, além de se intensificar o pertencimento e identificação social dos habitantes com o seu próprio lugar. Mesmo com a setorização do patrimônio cultural em tangível e intangível, se observa que até no patrimônio material há imaterialidade. E a imaterialidade desse, denota a sua verdadeira relevância dentro do cenário o qual esse bem foi destinado.

147

Nesse contexto, a importância da conservação do patrimônio cultural parte do princípio da atribuição de valores. Essa valorização pode ser realizada pela comunidade ou pelo Poder Executivo, de modo que a preservação se fundamentará nesse entendimento dos valores locais. Compreende-se, assim, que o patrimônio possui um valor artístico relativo, pois seu valor “não repousa na memória e sim em valores presentes”⁴⁷. Ou seja, seu valor está alinhado aos significados e símbolos incutidos no tempo presente para a comunidade da qual o bem faz parte.

A valorização de um Patrimônio Arquitetônico ocorre devido às suas características tangíveis e intangíveis, como já esclarecido. Nessa realidade, tem-se o objeto de estudo representado pela Basílica Menor do Santíssimo Salvador tombada no Decreto nº 149 de 2008 pelo Conselho de Preservação do Patrimônio Arquitetônico Municipal de Campos dos Goytacazes (COPPAM) – órgão localizado no Norte Fluminense.

Através do histórico de usos ao longo dos séculos, essa arquitetura garante sua valorização material pelo fato de, atualmente, representar o neoclassicismo, e imaterial devido às suas características intangíveis representadas pelo valor religioso, ideológico, político, cultural, afetivo e pela contextualização histórica. Dessa forma, as relações sociais segundo a prática religiosa favoreceram a sua valorização pela constância dos usos e territorialidade do seu poder imposto pela monumentalidade de sua obra.



Pode-se afirmar que a Basílica Menor faz parte do Patrimônio Cultural de Campos dos Goytacazes que pertence à circunscrição eclesiástica da Igreja Católica Apostólica Romana. Sobre isso, sabe-se que durante a Idade Média a Igreja Católica se tornou “praticamente a única instituição multinacional organizada. Passou a usufruir de *status* inquestionável diante da sociedade que lhe reconhecia diversas formas de poder, principalmente moral e espiritual”⁴⁸.

Nessa realidade, se instala essa Igreja na Villa de São Salvador, local que futuramente se expandiu e fora denominado como município de Campos dos Goytacazes. No ano de 1677, essa igreja se caracterizava como uma arquitetura modesta formada por paredes de entulho e teto de palha, além disso, nesse período se situou onde hoje abriga a Igreja de São Francisco, no perímetro da Zona de Comércio Principal. Uma das primeiras construções desse *locus* e que tinha por objetivo denotar a autoridade da Igreja Católica sobre o espaço dominado.

Nesse viés, após a restauração do trono português em 1640 e a expulsão dos holandeses em 1654, a Coroa portuguesa voltou sua atenção para o Brasil. “Com este renovado interesse, as pequenas capelas e igrejas, agregadas aos alojamentos precários, transformaram-se em grandiosas construções, com fachada cuidadosamente elaborada e interiores requintados”⁴⁹. Assim, “instalações antigas, que se encontravam em precárias condições, foram reformadas e ampliadas”⁵⁰.

A composição de suas fachadas demonstrava o poder de Portugal sob a colônia, de maneira a denotar a territorialidade religiosa, econômica e política. Dessa forma, a até então Matriz da Villa de São Salvador (Campos) adquiriu sua nova sede em estilo barroco no ano de 1745, ao lado da Capela dos Passos⁵¹, conforme expresso na **Figura 2**.



[Fig. 2] Igreja do Santíssimo Salvador em estilo Barroco – Historiar, 2009¹ - 9,03 x 16,05cm – Campos dos Goytacazes/RJ.



O edifício passou por reformas nos anos de 1824, 1861 e 1879, onde, no ano de 1924 a Matriz foi elevada à categoria de Catedral Diocesana. E em 1928 “foi praticamente demolida e reinaugurada em 1935”⁵², já carregando o estilo neoclássico. Essa reinauguração se deu para comemorar o centenário da cidade e, em 1965, o Papa Paulo VI elevou a Catedral do Santíssimo Salvador à categoria de Basílica Menor⁵³.

Como representativa do catolicismo na região, essa igreja corrobora a ideia de um Deus criador. Por meio de sua estética, essa obra se apresenta como simbolismo de fé. Assim, suas torres direcionadas ao céu indicam o lugar que seus fiéis almejam alcançar. Com seus degraus que conduzem a grandes portas se simboliza a caminhada ao sagrado espiritual. A sua cúpula, em alguns casos, pode representar a abóboda celeste que acolhe e abriga a criação do Divino⁵⁴.

Seus aspectos ornamentais e arquitetônicos, dessa forma, transmitem a sensação de segurança, abrigo e transcendência no Divino espiritual. Sobre isso, se destaca que: “[...] as diversas características adotadas pelo cristianismo durante todos esses séculos para o culto a divindade estiveram relacionadas com a busca ao transcendente”⁵⁵. A atribuição desse valor religioso contribuiu com a criação de símbolos e significados, seja em sua ambiência interna ou na configuração desse diante do meio que está inserido.

Configura-se como expressão da fé cristã por meio de sua arquitetura e também por possibilitar manifestações religiosas em seu interior e no seu entorno. A partir da Festa Anual do Padroeiro da cidade, o Santíssimo Salvador, se observa esse culto ao Divino, de forma a denotar a identificação social por grande parte da sociedade local. Além disso, a sua localização na área central da cidade garante a facilidade de acesso da população de distintos bairros, de maneira a também facilitar a identificação social por meio disso.

A Basílica menor é um símbolo que se destaca na paisagem da cidade e, conseqüentemente, a identidade social e cultural da religião católica também ganha evidência nesse território pela expressividade de sua arquitetura. Torna-se um símbolo atribuído de múltiplos significados para variados sujeitos, sejam religiosos ou não religiosos, de maneira a interferir também na valorização simbólica, ideológica e na cultural local.

A Basílica Menor do Santíssimo Salvador é vista como símbolo de Campos dos Goytacazes e, nesse sentido, se perpetua também como símbolo ideológico municipal e assim se faz presente no cotidiano de maior parte da população campista. Através de sua configuração tangível ou intangível, essa se concebe por meio de símbolos e significados. Onde, boa parte da sociedade local



afirma que a Igreja, além de representar a religião católica, expressa também as relações políticas e, dessa forma, se torna um símbolo monumental admitido e respeitado pelos cidadãos locais.

Além disso, se sabe que a arquitetura é um produto do ser humano, tal como uma produção cultural. Nesse sentido, “a atividade “arquitetura e urbanismo” passou a ser considerada “cultura” pelo governo federal a partir de 2010, quando aconteceu a 2ª Conferência Nacional de Cultura do Ministério da Cultura (MinC)”⁵⁶. Assim sendo, a Igreja do Santíssimo Salvador se configura na cidade de Campos dos Goytacazes como expressão cultural local.

A arquitetura é o legado dos antepassados de uma dada sociedade, assim essa obra se constitui como produção histórica. Essa produção pode ser típica e regional, como a arquitetura vernacular. Ou pode ser advinda de culturas imigrantes, como é o caso da cultura portuguesa e francesa que ocuparam as terras brasileiras e, em contrapartida, compartilharam sua cultura, em especial, a arquitetônica. Nesse contexto, a arquitetura da Basílica do Santíssimo Salvador e todo o meio que compõe seu entorno fazem parte da formação cultural campista.

Nessa realidade, o reconhecimento social advindo da expressão dessa arquitetura no município campista corrobora com a identidade cultural local através da relação do indivíduo com o outro ou com meio. Isso porque, “a identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” – entre o mundo pessoal e mundo público”⁵⁷.

Assim, essa obra alcança sua valorização cultural por ser indissociável da vivência local. Torna-se necessária para a compreensão e contextualização do ser humano diante dos espaços utilizados pelo mesmo. Pois desde a habitação até as ambiências públicas e sociais dos espaços da cidade, a arquitetura e todo entorno se configuram como indicadores culturais de uma civilização, em especial, a campista.

Ademais, se compreende que a arquitetura se desenvolveu junto com a evolução do ser humano e suas práticas sociais com o próximo e com o espaço geográfico. A partir do desenvolvimento das sociedades, se desenvolviam também os materiais, técnicas e estilos. Logo, “a história da arquitetura está diretamente relacionada à evolução humana. A arquitetura passou a existir quando o homem começou a construir para se proteger de predadores e dos fenômenos naturais”⁵⁸.

Além disso, “novas demandas sociais (como o crescimento das civilizações, a necessidade de interligação entre cidades, o abastecimento de água, a consolidação de crenças religiosas) ou mesmo a simples busca por formas agradáveis aos olhos” fizeram com que as civilizações evoluíssem junto as suas



técnicas construtivas, de maneira “a buscar novos materiais, novas ferramentas e técnicas de construção”⁵⁹.

A arquitetura, então, narra a história de determinada civilização. Assim como as diferentes abordagens de estilos arquitetônicos na Basílica Menor do Santíssimo Salvador permitiram que essa obra pudesse transmitir a história da população campista em inúmeros momentos históricos. Desse modo, essa construção garantiu sua valorização por meio da contextualização histórica local em diversas instâncias temporais.

Cabe destacar que desde a sua instalação, como também por meio da evolução de sua construção através de diversos estilos arquitetônicos, até os dias atuais como parte do acervo neoclássico, essa obra transmite autoridade e representatividade junto ao meio que se situa, ou seja, na Praça Principal da cidade, conforme sua evolução demonstrada na **Figura 3**.



[Fig. 3] *Evolução da Basílica Menor do Santíssimo Salvador* – Historiar, 2009¹; 2017¹.
Modificado pela autora, 2022 - 7,86 x 15,94cm – Campos dos Goytacazes/RJ.

Sabe-se, assim, que o estilo neoclássico foi inspirado na arquitetura greco-romana, além de representar “uma reação aos excessos formais e decorativos do Barroco tardio e do Rococó”. Desse modo, a sua estrutura arquitetônica se caracteriza “pelo emprego de formas geométricas puras, ênfase nos contornos sem quebras de unidade volumétrica, sobriedade, estudo metucioso de proporções e uso das ordens clássicas”, destaque nas pilastras, escadarias e frontões quase sempre triangulares⁶⁰, como é o caso da Basílica Menor do Santíssimo Salvador.

Assim sendo, essa arquitetura religiosa garante sua valorização material por se conceber atualmente como exemplar da arquitetura neoclássica e representar um estilo arquitetônico atribuído de valor ao longo da história. Isso porque, as arquiteturas neoclássicas refletem “dignidade, imponência, austeridade, verdadeiros símbolos de uma nova forma de poder”⁶¹, conforme destacado na **Figura 4**.



[Fig. 4] *Basílica Menor do Santíssimo Salvador em estilo neoclássico* - NF notícias, 2020¹-10,57 x 15,93cm – Campos dos Goytacazes/RJ.

Nessa realidade, sua importância material e simbólica também reafirma as relações sociais desse local, de forma a transformá-lo em um “lugar de memórias”⁶² e, assim, corroborar também com a sua valorização afetiva. Portanto, a Basílica Menor é responsável por resguardar e solidificar parte da memória campista, além de majorar o relacionamento do ser humano com o outro e com o meio. A memória é um produto da arte do relacionamento que permeia a Basílica Menor do Santíssimo Salvador e seu entorno imediato. Sejam essas relações do indivíduo com o próximo, ou desse com o meio. Logo, a memória representada por meio dessa Igreja é responsável por rememorar o passado e contextualizar o cidadão local com a sua história, onde através dessa reconstrução da memória se estabelecem significados e, portanto, se atribui a valorização por meio de vários aspectos.

Conclusão

O patrimônio arquitetônico como herança cultural de uma determinada sociedade mostra sua relevância como ferramenta para compreensão do espaço geográfico a partir das relações do sujeito com o outro e com o meio habitado.



Além disso, sua importância se verifica através de sua imaterialidade que compreende a atribuição de valor por meio de características como: contextualização histórica, valor afetivo, cultural, ideológico, religioso e, por vezes, político.

Nesse sentido, a compreensão do Patrimônio Cultural se fundamenta nos valores intangíveis que lhe são atribuídos, de maneira a se tornar parte da identidade cultural da comunidade que usufrui desse bem. Logo, o exemplar edificado como marco temporal no meio habitado se torna a materialização de parte da identidade social.

Assim sendo, a atribuição de valor de um determinado acervo edificado se origina no uso constante através dos relacionamentos que o permeiam. A valorização se dá pelos simbolismos, significados e funções atribuídos a esse bem de forma a consolidar a sua reutilização e aderência diante da sociedade e do meio que se situa por múltiplos contextos históricos. O patrimônio arquitetônico, então, se estabelece como uma narrativa construída que perpetua a memória coletiva local através da prática do relacionamento do ser humano com o outro e com o meio.

153

Nessa realidade, seu valor ganha destaque em suas características não palpáveis. Ou seja, através de sua imaterialidade representada pelo valor ideológico ou político, religioso, cultural e afetivo. Por meio desses se possibilita a existência da sensação de pertencimento a determinado grupo social, de maneira que essas ambiências garantem sua valorização por gerações através da dúplice polaridade da obra expressa pelos simbolismos e significados atribuídos.

Nesse contexto, até mesmo patrimônios culturais materiais apresentam imaterialidade, e, dessa, provém a real relevância de sua existência para o contexto local, histórico e social, do qual esse bem faz parte. A sua valorização representa a valorização da identidade local, de maneira que seu valor se verifica por meio de significados e símbolos incutidos no tempo presente pela comunidade que utiliza esse bem.

Desse modo, se apresenta a imaterialidade da Basílica Menor do Santíssimo Salvador, objeto de estudo do presente trabalho. A sua atribuição de valor intangível consolida a relevância desse bem para a sociedade a qual faz parte. Suas características intangíveis se perpetuam por meio da reconstrução da memória coletiva local, visto a sua historicidade por ser a primeira igreja formada no município, além de representar o padroeiro local e, especialmente, por seus usos continuados até os dias atuais.

Logo, a valorização desse bem se atribui por seu valor material e, também, por seu valor imaterial através da expressão de determinada ideologia, política, cultura, religião e valor afetivo. Nesse sentido, a Basílica Menor como parte do



Patrimônio Cultural de Campos dos Goytacazes tem seu valor material por ser um exemplar da arquitetura neoclássica. Além do mais, desde a sua implantação, até suas inúmeras reformas com alteração em seu estilo passando pelo Barroco e findando no Neoclássico, se estabelece a autoridade da Igreja Católica sobre o espaço, de maneira a carregar a territorialidade religiosa, econômica e política local.

Além disso, essa Igreja se apresenta como símbolo ideológico municipal através de seus usos continuados ao longo dos séculos e, também, devido ao seu poder representado pela sua monumentalidade arquitetônica. Para mais, a atribuição do valor religioso transformou o lugar em expressão da fé cristã. No entanto, seu simbolismo se destaca também com a atribuição múltiplos significados para sujeitos religiosos ou não, de maneira a fundamentar a valorização simbólica, ideológica e cultural local.

Nesse contexto, a Igreja do Santíssimo Salvador é também expressão cultural local, além de ser produção histórica advinda de culturas imigrantes. Assim, essa arquitetura faz parte da configuração cultural campista, de modo que a valorização por meio do reconhecimento de obra reafirma parte da identidade cultural local. Além do mais, sua valorização imaterial conta com definição dessa obra como fonte documental da história, de maneira a contribuir com a contextualização histórica local em diversos contextos temporais. Se nota também a valorização afetiva verificada pelos usos e relacionamentos do ser humano com o outro e com o meio a qual essa obra faz parte.

154



[Fig. 5] *Basílica Menor do Santíssimo Salvador e o Rio Paraíba do Sul* – Secom, 2013¹ - 10,63 x 15,98cm – Campos dos Goytacazes/RJ.



Portanto, a Basílica Menor do Santíssimo Salvador se concebe no meio urbano local atribuída de valor para a população campista e também para o Poder Executivo local, através da valorização intangível em sua completude. Isso porque a atribuição de valor a essa obra em diversos aspectos estabelece a identificação social por diferentes grupos sociais locais, além de conceber a sua estrutura física com grande imponência diante do meio à qual está estabelecida. (**Figura 5**). Logo, a imaterialidade estabelecida pela valorização intangível perpetua um Patrimônio Arquitetônico junto ao meio por diversos períodos históricos.

Notas e Referências Bibliográficas

¹ CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2017. p. 11.

² BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 de Abr. de 2022. 1988, Art. 216.

³ COELHO, Isabelle Viana Coelho. Herança material e simbólica dos campos de concentração no Ceará. **Rocalha**. Vol. II. São João Del-Rei, MG. 2021

⁴ COELHO, *op. cit.*, p. 261.

⁵ COELHO, *op. cit.*, p. 261.

⁶ RUSKIN, John. **A Lâmpada da Memória**. 2ª Edição. Editora: Ateliê Editorial. 2008.

⁷ Memória compartilhada entre um grupo de pessoas, que segundo Halbwachs (1990), permite o reconhecimento desse grupo social dentro da história.

⁸ MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. **O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas**. Conferência Magna. I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural. Vol. 1. 2009.

⁹ MENESES, *op. cit.*, p. 32.

¹⁰ CAMPOS DOS GOYTACAZES. **LEI COMPLEMENTAR Nº 0016. Lei de Uso e Ocupação do Solo**. 2020. Subseção I, Art. 70, 2020.

¹¹ CHOAY, *op. cit.*

¹² RUSKIN, *op. cit.*

¹³ PRATA, Maria Catharina Reis. Queiroz. **O Coração da Cidade : Memória e Identidade em Campos dos Goytacazes**. 423 f. Tese (doutorado) – UFRJ / PROARQ / Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Rio de Janeiro, 2018.

¹⁴ CHOAY, *op. cit.*

¹⁵ ALMEIDA; FERREIRA, Thaís Conceição Feitosa; Thaíssa da Silva. **Cap: Reabilitação do Patrimônio Arquitetônico: através de três pilares de proteção**. Livro: Construindo Memórias, Tecendo Histórias: registros do patrimônio de Campos dos Goytacazes. Maricá: Instituto Grão; Niterói: LABAC, 2022. Disponível em: <https://labacuff.files.wordpress.com/2022/07/construindo-memorias-e-book.pdf>. Acesso em: 10 de Ago. de 2022.



¹⁶ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A editora. 2006.

¹⁷ PRATA, *op. cit.*

¹⁸ FEYDIT, Júlio. **Subsídios para a História dos Campos dos Goytacazes**. Campos dos Goytacazes: J. Alvarenga & Company. 1900.

¹⁹ MENDES, VERÍSSIMO E BITTAR. **Arquitetura no Brasil: De Dom João VI a Deodoro**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio. 2010.

²⁰ CHOAY, *op. cit.*

²¹ CHOAY, *op. cit.*, p. 36-37.

²² CHOAY, *op. cit.*

²³ CHOAY, *op. cit.*

²⁴ CHOAY, *op. cit.*, p. 63.

²⁵ RUSKIN, *op. cit.*, p. 68.

²⁶ CHOAY, *op. cit.*

²⁷ CHOAY, *op. cit.*

²⁸ CHOAY, *op. cit.*, p. 118.

²⁹ CHOAY, *op. cit.*, p. 132.

³⁰ CHOAY, *op. cit.*, p. 133.

³¹ ALMEIDA; FERREIRA, *op. cit.*, p. 299.

³² BARRETTO, Margarita. **Cultura e Turismo**. Campinas – SP: Papirus, 2007, p. 96.

³³ CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. 1ª Edição. Editora: Edições 70. 1961, p. 14.

³⁴ CULLEN, *op. cit.*, p. 30.

³⁵ CULLEN, *op. cit.*

³⁶ HALBWACHS, Maurice. **A memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

³⁷ DIEHL, Astor Antônio. **Teorias da História**. Cultura historiográfica (memória, identidade e representação). Bauru: EDUSC, 2002. p. 112.

³⁸ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da PUC**. São Paulo, n. 10, 1993.

³⁹ NORA, Pierre, *op. cit.*

⁴⁰ ALMEIDA; FERREIRA, *op. cit.*, p. 303.

⁴¹ ALMEIDA, Thaís Conceição Feitosa. **Discussão de Políticas Urbanas em prol do Higienismo Social: reformas urbanas na área central de Campos dos Goytacazes/RJ**. VI SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE PEQUENAS CIDADES. ISSN: 2358-2979. 2022. Disponível em: <https://eventos.uems.br/pagina/p/simposio-nacional-sobre-pequenas-cidades/anais>. Acesso em: 05 de Jul. de 2022.

⁴² ALMEIDA, *op. cit.*, p. 8.



⁴³ BRANDI, C. **Teoria da Restauração**. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, Coleção Artes & Ofícios, 2008.

⁴⁴ OLIVER, Paul. **Built to meet needs. Cultural issues in vernacular architecture**. Oxford, Elsevier, 2006, p. 18.

⁴⁵ Frase atribuída a Adélia Luzia Prado de Freitas, poetisa, professora, filósofa e contista brasileira ligada ao Modernismo.

⁴⁶ SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-espacial**. São Paulo: Bertrand Brasil. 2013, p. 35-36.

⁴⁷ RIEGL, Alois. **O culto moderno aos monumentos: a sua essência e a sua origem**. Tradução de Werner Rothschild Davidsohn e Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014, p. 12.

⁴⁸ MENDES, VERÍSSIMO E BITTAR. **Arquitetura no Brasil: De Cabral a Dom João VI**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio. 2010, p. 151.

⁴⁹ MENDES, VERÍSSIMO E W. BITTAR, *op. cit.*, p. 176.

⁵⁰ MENDES, VERÍSSIMO E W. BITTAR, *op. cit.*, p. 176.

⁵¹ PRATA, *op. cit.*

⁵² PRATA, *op. cit.*, p. 69.

⁵³ FEYDIT, *op. cit.*

⁵⁴ MELO, Ricardo Bianca de. **Introdução à arquitetura religiosa e evolução da igreja cristã na tradição católica apostólica romana**. 2007. 138 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, São Paulo, 2017.

⁵⁵ CELASCHI; SALLES, Carolina Menzi; Gabriella Assis. Simbologia na Arquitetura Cristã. **Revista CAU/UCB**. 2018, p. 70.

⁵⁶ BARATTO, Romulo. Projetos de arquitetura passam a receber incentivo da Lei Rouanet. **ArchDaily**. 2016. S.n.

⁵⁷ HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. São Paulo: Editora DP&A, 2001, s.n.

⁵⁸ SEDUC CEARÁ. **Curso Técnico em Desenho de Construção Civil**. 2022, p.2. Disponível em: https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/images/material_didatico/desenho_de_construcao_civil/des_de_const_civil_historia_da_arquitetura_e_urbanismo.pdf. Acesso em 15 de Jul. de 2022.

⁵⁹ SEDUC CEARÁ, *op. cit.*, p.2.

⁶⁰ ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. **Dicionário ilustrado de arquitetura. VII**. Rio de Janeiro: Vicente Wissenbach. 1998. p. 406-407.

⁶¹ MENDES; VERÍSSIMO; BITTAR, *op. cit.*, p. 67.

⁶² NORA, *op. cit.*

Artigo enviado para publicação: 15.08.2022

Artigo aceito para publicação: 13.12.2022